BE NEWS

SEXTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2022 | ANO 1 | Nº 260 | **TUDO O QUE MOVE O MERCADO** | DIRETOR-PRESIDENTE FABRÍCIO JULIÃO

ACORDO Brasil Export e ABDPM firmam convênio para pesquisa e capacitação ▸ **p3**

RODOVIAS Concessionárias pedem melhorias na alocação de risco nos contratos ▸ **p4**

NORTE Hidrovias do Brasil vai iniciar operação com maior comboio do país ▸ **p6**

Terminais e concessionárias criticam proposta de alteração da Lei das Estatais

Entidades dos setores portuário e de transporte terrestre temem insegurança jurídica e retrocesso com Projeto de Lei, já aprovado pela Câmara ▸ **p5**

EDITORIAL

O setor reage

A iniciativa de deputados federais do chamado "Centrão" de alterar a Lei das Estatais (de n. 13.303/2016) e a Lei das Agências Reguladoras (de n. 9.986/2000), a fim de atender a uma demanda do governo do presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva, está sendo duramente criticada por empresários de vários setores da economia, especialmente o financeiro. E mais recentemente, juntaram-se a esse grupo representantes do setor de Infraestrutura. Como mostra a coluna HUB e reportagem publicadas nesta edição do BE News, a Associação Brasileira de Terminais Privados (ABTP), o MoveInfra - movimento empresarial que reúne gigantes como a Rumo (Grupo Cosan), a EcoRodovias, a Ultracargo, a Santos Brasil e a CCR Rodovias - e, desde ontem, a Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), que reúne autoridades portuárias públicas, se mostraram contrários à medida, inclusive com manifestações públicas.

A proposta do Centro foi reduzir as exigências para a nomeação de lideranças políticas a cargos de direção em estatais. A Lei das Estatais exigia que participantes de campanhas eleitorais só poderiam assumir cargos na direção dessas empresas após uma quarentena de três anos, ou seja, 36 meses. Na última terça-feira, dia 13, a Câmara aprovou, quase que no apagar das luzes da sessão, o Projeto de Lei 2.896/2022, que recebeu um adendo de última hora reduzindo esse tempo de quarentena para um mês. O texto ainda deve passar pelo Senado e ser sancionado pelo presidente da República para entrar em vigor.

Se a mudança for confirmada, abrirá o caminho para a nomeação de políticos para o comando das estatais. Como maior exemplo, está o caso do ex-ministro Aloizio Mercadante, que foi anunciado pelo presidente eleito Lula para a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Para muitos, como Mercadante atuou na campanha petista, ele teria de passar pela quarentena de 36 meses para tomar posse do cargo. Representantes do PT alegam que a posição que o ex-ministro ocupava na campanha não o configura como liderança, apesar de ter coordenado a elaboração do plano de governo, entre outras ações.

A questão, porém, foi a mudança radical em uma das principais regras da Lei das Estatais, seguida também pela Lei das Agências Reguladoras, e que busca garantir que os executivos escolhidos para dirigir essas empresas tenham perfil técnico e reconhecido pelo mercado, em tese trabalhando com uma agenda profissional e não político-partidária-ideológica.

Em nota, a ABTP destacou que "a Lei das Estatais constituiu importante conquista para a governança pública, com o estabelecimento da garantia de que a seleção de cargos diretivos em empresas estatais será sempre pautada por critérios técnicos de profissionalismo, qualificação e transparência, princípios de boas práticas internacionais". E reconheceu que a norma "trouxe inegáveis benefícios econômicos a todo o setor produtivo".

O MoveInfra destacou que a própria realização dos investimentos previstos por seus integrantes, que devem somar R$ 78 bilhões nos próximos cinco anos, depende de segurança jurídica e a previsibilidade regulatória. E "qualquer açodamento na alteração de leis amplamente bem avaliadas, sem um debate maduro e transparente, afeta negativamente o ambiente de negócios e vai na contramão dos princípios defendidos pelo MoveInfra".

A Abeph ainda argumentou que "interferências político-partidárias" geram danos que prejudicam "os cofres públicos e a qualidade dos serviços e produtos entregues à população. Tais interferências afetam, de forma negativa, o ambiente de negócios brasileiro, comprometendo o desenvolvimento do País e a mitigação da desigualdade social existente".

A gestão política do setor de Infraestrutura é um grande trauma do mercado brasileiro, que viu administrações não profissionais prejudicarem o desenvolvimento do setor nas últimas décadas. Ressalva é feita às administrações mais profissionais do últimos quatro anos, que garantiram um grande desenvolvimento do segmento. E é este modelo, técnico, com metas claras e sem agendas partidárias ou ideológicas que empresários e investidores esperam do próximo governo.

As reações dos últimos dias deixam claro que não há mais espaço, no poder público, para escolhas partidárias para empresas do Governo, que devem ser geridas respeitando políticas públicas, é claro, mas de modo técnico, científico, eficiente e previsível. Qualquer cenário diferente deste irá criar - como já está criando - uma crise para um governo que nem ainda começou, mas cujas ações já afetam o cotidiano da sociedade. Realmente, um problema totalmente desnecessário e que poderia ser evitado.

FOTO
Fabio Rodrigues Pozzebom/
Agência Brasil

NESTA EDIÇÃO

CAPA
5 Aprovação do PL que altera Lei das Estatais é criticada por entidades do setor

HUB
3 Abeph critica tentativa de mudança da Lei das Estatais

NACIONAL
3 Brasil Export e ABDPM assinam convênio para pesquisa e capacitação acadêmica

Exportações seguem em alta nas duas primeiras semanas de dezembro

4 Concessionárias de rodovias pedem melhorias na alocação de risco nos contratos

ANTT aprova transferência societária da concessão da BR-163/MT

REGIÃO NORDESTE
5 Emap recebe prêmio por ações em defesa dos direitos das mulheres

REGIÃO NORTE
6 Hidrovias do Brasil vai iniciar operação com maior comboio do país

REGIÃO SUDESTE
6 Hidrovias do Brasil vai iniciar operação com maior comboio do país

INTERNACIONAL
7 Embaixador Guillermo Valles tem grande expectativa sobre a Hidrovia Brasil-Uruguai

SOCIAL
8 Vitrine: bastidores de festas, apresentações e visitas de autoridades, com a jornalista Cândice La Terza

BE NEWS

www.portalbenews.com.br

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Editor
Alexandre Fernandes

Equipe de reportagem
Bárbara Farias, Vanessa Pimentel
e Tales Silveira

Design Gráfico
Mônica Mathias

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR
Se você quer perguntar, sugerir pautas
ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas,
escreva um e-mail para
atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE
Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News.
Para isso, inscreva-se em **www.portalbenews.com.br**

PUBLICIDADE
Maurício Almeida | (11) 99554-4282
mauricio.almeida@portalbenews.com.br

Margrethe Wallau | (11) 99786-1655
megwallau@portalbenews.com.br

NACIONAL

LEOPOLDO FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Repúdio 1
A tentativa do Congresso de alterar a Lei das Estatais (de n. 13.303/2016) e a Lei das Agências Reguladoras (de n. 9.986/2000), diminuindo as exigências para a nomeação dos gestores dessas instituições e facilitando a escolha de lideranças políticas para esses cargos, está sendo duramente criticada por entidades do setor de infraestrutura. A Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP) e a Moveinfra, que reúne cinco das maiores empresas desse segmento no País, já se mostraram contrárias à medida, como mostra reportagem publicada nesta edição do BE News. E ontem, a Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), junto com as autoridades portuárias associadas a ela, criticou a iniciativa com uma nota de repúdio.

Repúdio 2
Na nota, a Abeph destaca a importância da Lei das Estatais, "na adoção de blindagem contra o risco de sua captura por interesses político-partidários, que ensejaram casos notórios de corrupção, de ineficiência de alocação de recursos públicos e de atendimento a objetivos eleitorais e privados". E lembra que, para atingir esse resultado, essa legislação adotou critérios para que a seleção de seus gestores ocorra com base em "profissionalismo, qualificação técnica, ética e atendimento os objetivos dessas empresas, fortalecendo, dessa forma, a sua integridade, governança, gestão e eficiência"

Repúdio 3
A Abeph argumenta que "interferências político-partidárias" geram danos que prejudicam "os cofres públicos e a qualidade dos serviços e produtos entregues à população. Tais interferências afetam, de forma negativa, o ambiente de negócios brasileiro, comprometendo o desenvolvimento do País e a mitigação da desigualdade social existente". E complementa que, no caso das empresas listadas em bolsa de valores, os prejuízos chegam aos investidores e afetam "a atratividade do mercado brasileiro de capitais".

Repúdio 4
Por fim, a associação destaca a necessidade de os integrantes do Executivo e do Legislativo preservarem a Lei das Estatais, "combatendo qualquer tentativa de mudança indevida, que resulte em retrocessos".

Repúdio 5
O Projeto de Lei 2.896/2022, que altera a Lei das Estatais e a Lei das Agências Reguladoras, foi aprovado pela Câmara dos Deputados na última terça-feira, dia 13. E agora tramita no Senado.

Brasil Export e ABDPM assinam convênio para pesquisa e capacitação acadêmica

Parceria busca ampliar as frentes de treinamento e de estudos nos setores de portos e navegação

BRUNO MERLIN
redacao@portalbenews.com.br

Bruno Merlin

A assinatura do documento ocorreu durante o Almoço de Encerramento da temporada de 2022 do Brasil Export, realizado em Brasília

O Brasil Export e a Academia Brasileira de Direito Portuário e Marítimo (ABDPM) assinaram nessa quarta-feira (14) um convênio de cooperação com o objetivo de aperfeiçoar pesquisa e capacitação acadêmica nas iniciativas organizadas pelas duas instituições. A parceria busca ampliar as frentes de treinamento e de estudos nos setores de portos e navegação, usufruindo do amplo calendário administrado pelo Brasil Export e de toda a influência do presidente e do vice-presidente da ABDPM, respectivamente o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Guilherme Augusto Caputo Bastos, e Marcelo Kanitz.

Segundo o CEO do Brasil Export, Fabricio Julião, a cooperação entre as entidades irá propiciar a criação de uma agenda de cursos e treinamentos que ajudará o desenvolvimento de habilidades por profissionais do segmento. Ele reforçou o caráter permanente e de diálogo do Fórum, colocando em sintonia agentes públicos e privados. "Estamos muito felizes em assinar este convênio e pelo trabalho em conjunto com a ABDPM, dirigida por profissionais de altíssimo nível".

O ministro Caputo também disse estar animado com a parceria e elogiou o grande alcance das iniciativas do Brasil Export. "Agora definitivamente começamos a caminhar para um futuro de desenvolvimento do nosso setor".

Uma novidade prevista pelo acordo é a inserção de palestras e painéis no Encontro Jurídico de Direito em Logística e Infraestrutura, que fará parte do calendário de atividades do Brasil Export em 2023, somando-se aos fóruns regionais, nacionais e internacionais já realizados neste e nos últimos anos. Como forma de dar participação aos conselhos temáticos do Brasil Export no desenvolvimento dessa agenda, também assinou o convênio o presidente do Conselho Nacional, José Roberto Campos.

A assinatura do documento ocorreu durante o Almoço de Encerramento da temporada de 2022 do Brasil Export, realizado em Brasília. O encontro reuniu mais de 70 autoridades e lideranças empresariais do setor de logística e de infraestrutura. Além da direção da ABDPM, marcaram presença os ministros da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, e de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, o embaixador do Uruguai no Brasil, Guillermo Valles, o ex-ministro e senador Armando Monteiro Neto, integrantes do grupo de transição do Governo Federal eleito, presidentes dos conselhos Nacional, Internacional e regionais do Brasil Export.

O lançamento do calendário 2023 acontece na capital federal no dia 7 de fevereiro.

O ACORDO PREVÊ TAMBÉM A INSERÇÃO DE PALESTRAS E PAINÉIS NO ENCONTRO JURÍDICO DE DIREITO EM LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA, QUE FARÁ PARTE DO CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DO BRASIL EXPORT EM 2023

Exportações seguem em alta nas duas primeiras semanas de dezembro

Vendas externas movimentaram US$ 9,06 bilhões, enquanto as importações totalizaram US$ 6,73 bilhões

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

As exportações movimentaram US$ 9,06 bilhões nas duas primeiras semanas do mês, um aumento de 21,9% em comparação a dezembro do ano passado. Já as importações cresceram 8,3% e totalizaram US$6,73 bilhões. Dessa forma, a balança comercial registrou superávit de US$ 2,33 bilhões, com crescimento de 90,9%, e a corrente de comércio aumentou 15,7%, alcançando US$15,80 bilhões.

Os dados são da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério da Economia.

No acumulado de janeiro até a segunda semana do mês, as vendas externas somaram US$317,43 bilhões e cresceram 20,3% sobre o mesmo período de 2021. As importações subiram 24,9% e totalizaram US$ 257,56 bilhões. Como consequência destes resultados, a balança comercial apresentou superávit de US$ 59,86 bilhões, com alta de 3,7%, e a corrente de comércio registrou aumento de 22,3%, atingindo US$ 574,99 bilhões.

Claudio Neves/Portos do Paraná

No acumulado de janeiro até a segunda semana do mês, as vendas externas cresceram 20,3% sobre o mesmo período de 2021

NACIONAL

Concessionárias de rodovias pedem melhorias na alocação de risco nos contratos

Cobranças foram feitas durante audiência pública da ANTT que debateu possíveis alterações nesse item das concessões rodoviárias

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

Divulgação

Marco Aurélio Barcelos defendeu que o compartilhamento de riscos seja analisado caso a caso nas concessões

Concessionárias de rodovias pediram que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) melhore a alocação de riscos nos contratos de concessão rodoviária. As cobranças foram feitas durante a audiência pública realizada ontem (15), que tratou das novas cláusulas de gerenciamento de riscos nas concessões.

A alocação de risco é a metodologia que a agência possui para trazer regras prevendo riscos e incertezas em contratos de concessão. Faz parte de um entendimento da ANTT de que todo contrato de concessão possui um determinado grau de risco e que o compartilhamento adequado pode trazer benefícios às concessões rodoviárias em estudos e planejamentos. Também traz maior segurança jurídica, criando incentivos e atratividade aos projetos.

A nova modelagem prevê melhorias no chamado "compartilhamento de riscos de demanda". O dispositivo trata das variações de tráfego que eventualmente podem ocorrer dentro do período de concessão. Ou seja, amenizar o impacto da diminuição do tráfego no ganho das concessionárias.

De acordo com o presidente da Melhores Rodovias do Brasil (ABCR), Marco Aurélio Barcelos, o compartilhamento de riscos de demanda é bem-vindo pelas concessionárias. Contudo, para que o mecanismo seja eficiente, é preciso que cada edital traga premissas exclusivas.

"Se houver compartilhamento deste risco da demanda e receita, que seja colocado em situações específicas e a algumas condicionantes, como o fato de estar diante de um projeto greenfield; exposição a outros modais que possam captar tráfego; ou que estivessem ligados a polos geradores de receita, que também estão expostos a riscos macroeconômicos análogos", disse.

Em resposta, a ANTT defendeu que o mecanismo de compartilhamento tem como objetivo trazer uma previsibilidade para concessionária, para o usuário e ao agente financiador. Neste último caso pelo fato de que, no modelo de project finance, a receita é diretamente ligada à sua financiabilidade.

Também afirmou que o modelo é um padrão que, dependendo do projeto e dos seus riscos envolvidos, será incluído ou retirado.

Por fim, a agência explicou que o mecanismo de compartilhamento é importante, mas trabalha com a ideia de que não é o propósito de um contrato de concessão eliminar completamente os riscos para a concessionária.

Procedimentos para reequilíbrios

Vale lembrar que esse compartilhamento de riscos até existia nas concessões mais antigas. Contudo, nesses contratos, praticamente todos os riscos acabavam sendo transferidos à concessionária. Após o acordo de cooperação técnica firmado entre o órgão, o Ministério da Infraestrutura e a ABCR, que discute melhoramentos para o ambiente regulatório do setor de rodovias, houve um entendimento de que a métrica deveria ser melhor distribuída.

A minuta da ANTT estabelece que todo contrato possua uma tabela com as projeções e variações que determinam a margem de risco a ser assumida pela concessionária. Segundo a norma, as concessionárias deverão assumir até 15% abaixo do fluxo projetado. Caso essa porcentagem seja ultrapassada, a empresa poderá pedir reequilíbrios nos contratos. O mesmo vale para casos acima do fluxo. Ou seja, caso a concessionária tenha uma receita estimada acima de 15%, ela deverá transferir a parte excedente para o governo.

Todas as compensações, por sua vez, acontecerão no ano seguinte ao fato. No caso dos reequilíbrios, para que as concessionárias possam pedir as compensações, elas devem provar que concluíram ao menos 90% das obras de ampliação de capacidade e melhorias previstas no contrato. O objetivo, segundo a ANTT, é criar uma condição de incentivo à execução dos contratos.

Pouca margem

Durante a audiência pública, Marco Aurélio Barcelos afirmou que é importante estabelecer um patamar de cumprimento para que as concessionárias possam pedir reequilíbrios. Mas defendeu que a porcentagem estabelecida de 90% não traz margem a problemas extraordinários ou burocráticos que podem acontecer ao longo do período de concessão.

Sobre isso, a ANTT informou que não há uma razão determinada e que foi uma escolha do órgão estabelecer os 90% a partir da experiência do órgão nas execuções contratuais. Portanto, esses números podem ser alterados e definidos posteriormente.

ANTT aprova transferência societária da concessão da BR-163/MT

Aprovação aconteceu durante reunião de diretoria da agência. MT-PAR prevê investimento de R$ 1 bilhão na rodovia

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Terrestres aprovou a transferência do controle societário da Rota do Oeste para a MT Parcerias S.A. (MT-PAR), sociedade de economia mista vinculada ao Governo do Estado do Mato Grosso.

A aprovação aconteceu durante a reunião de diretoria da agência realizada ontem (15). A partir da publicação da decisão do Diário Oficial da União (DOU), a MT-PAR assumirá oficialmente os 850,9 quilômetros da BR-163/MT, principal rota de escoamento da safra de grãos do estado do Mato Grosso.

Durante a leitura do seu voto, o relator do processo, diretor Davi Barreto, ressaltou o aporte de R$ 1 bilhão, que será feito pela MT-PAR. O valor já foi aprovado, por meio de Projeto de Lei (PL) 963/2022, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), na última quarta-feira (14).

"Não podemos deixar de destacar o firme compromisso com o aporte financeiro de quase R$ 1 bilhão, o que de fato demonstra o empenho dos novos sócios com o sucesso dessa concessão", disse.

O valor aportado é mais do que cinco vezes maior do que foi exigido para assinatura do contrato original, e quase três vezes todo o capital social integralizado até hoje. Isso possibilitará que a concessionária restabeleça de maneira imediata as principais obras que buscam garantir segurança de trafegabilidade aos usuários.

NACIONAL

Aprovação do PL que altera Lei das Estatais é criticada por entidades do setor

Para concessionárias e terminais, proposta reduz tempo de quarentena para indicados, possibilitando nomeações de políticos para cargos

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

Roque de Sá/Agência Senado

A proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados na terça-feira e ainda precisa passar pelo Senado para entrar em vigor

Concessionárias de transportes terrestres e terminais portuários criticaram a aprovação do Projeto de Lei (PL) 2.896/2022, que altera a Lei das Estatais e a das agências reguladoras. A proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados na terça-feira (13) e ainda precisa passar pelo Senado para entrar em vigor.

Inicialmente, a proposta apenas alterava regras sobre gastos das empresas públicas com publicidade, mas foi modificada de última hora para incluir uma redução no tempo de quarentena — de três anos para apenas um mês — para indicados ao comando de estatais que tenham participado de campanhas eleitorais.

Na prática, a proposta permite a nomeação de políticos ao comando das estatais. Entre eles, o próprio ex-ministro Aloizio Mercadante (PT), anunciado na terça-feira para a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Terminais repudiam

Em nota, a Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP) – que representa agentes econômicos responsáveis por mais de 90% da movimentação portuária nacional, movimentando, em média, 14% do PIB Nacional – manifestou repúdio ao projeto.

Segundo a associação, "a Lei das Estatais constituiu importante conquista para a governança pública, com o estabelecimento da garantia de que a seleção de cargos diretivos em empresas estatais será sempre pautada por critérios técnicos de profissionalismo, qualificação e transparência, princípios de boas práticas internacionais".

O texto segue afirmando que a lei é inspirada em diretrizes de governança da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Por esse motivo a norma "trouxe inegáveis benefícios econômicos a todo o setor produtivo".

Retrocesso e insegurança

Também por nota, o MoveInfra, movimento que reúne as empresas Rumo, EcoRodovias, Ultracargo, Santos Brasil e CCR Rodovias, afirmou que vê com "preocupação a aprovação da proposta, "que pode resultar em retrocesso na Lei das Estatais e Lei das Agências".

Segundo o movimento, as concessionárias estão prevendo desembolsos de R$ 78 bilhões nos próximos cinco anos em projetos já contratados. Portanto, para dar continuidade ao processo de atração de investimentos, "é imprescindível reforçar a segurança jurídica e a previsibilidade regulatória".

A nota finaliza afirmando que "qualquer açodamento na alteração de leis amplamente bem avaliadas, sem um debate maduro e transparente, afeta negativamente o ambiente de negócios e vai na contramão dos princípios defendidos pelo MoveInfra".

REGIÃO NORDESTE

Emap recebe prêmio por ações em defesa dos direitos das mulheres

Autoridade que administra o Porto de Itaqui foi laureada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

A Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), que administra o Porto do Itaqui (MA), foi premiada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) na última terça-feira (13). Pelo segundo ano consecutivo, a Autoridade Portuária foi agraciada com o Prêmio Valoriza Mulher, que tem como objetivo reconhecer empresas que desenvolvem ações ou projetos de enfrentamento à violência doméstica e de garantias aos direitos das mulheres.

O presidente do Porto do Itaqui, Ted Lago, recebeu o certificado ao lado do diretor de Relações Institucionais da Emap, Marcelo Coelho, e da gerente de Responsabilidade Social, Kátia das Graças Bezerra.

"Ficamos muito felizes com essa premiação do Tribunal de Justiça do Maranhão por refletir as ações afirmativas que temos realizado com foco em conscientização, estímulo à liderança e prevenção da violência contra a mulher", disse Ted.

Para 2023, ele explicou que uma parceria está sendo alinhada com o TJ visando a capacitação de líderes comunitárias do entorno sobre a Lei Maria da Penha.

"A premiação é o reconhecimento pelo trabalho que a empresa vem desenvolvendo, uma parceria que fortalece o movimento de prevenção à violência doméstica", comentou o juiz Júlio Praseres.

A Emap foi premiada em atenção à importância das atividades que realiza em relação à pauta. Em março, a empresa celebrou o Dia Internacional da Mulher com um bate-papo sobre as relações de gênero com a gerente de projetos do Instituto Formação, Diane Pereira Sousa, e a cantora, produtora cultural e diretora do Festival BR135, Luciana Simões.

A cartilha "Aprendendo com Maria da Penha no cotidiano" foi disponibilizada no site do Porto do Itaqui e, em julho, o tema Liderança Feminina no Setor Portuário foi debatido no projeto Conexão Porto do Itaqui, série de webinários transmitidos pela plataforma Teams. Como vem ocorrendo desde 2017, em outubro a empresa recebeu novamente o Projeto Meninas Ocupam, da Plan Internacional. A posse da presidenta – que ocupa simbolicamente o mais alto posto de gestão da empresa por um dia, em atenção do Dia Internacional da Menina – foi feita virtualmente, com transmissão pela rede social do porto.

Signatária do Pacto Global das Nações Unidas, a Emap também tem trabalhado suas ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável preconizados pela ONU.

Divulgação

A Emap, que administra o Porto de Itaqui, foi pelo segundo ano consecutivo agraciada com o Prêmio Valoriza Mulher, concedido pelo TJ-MA

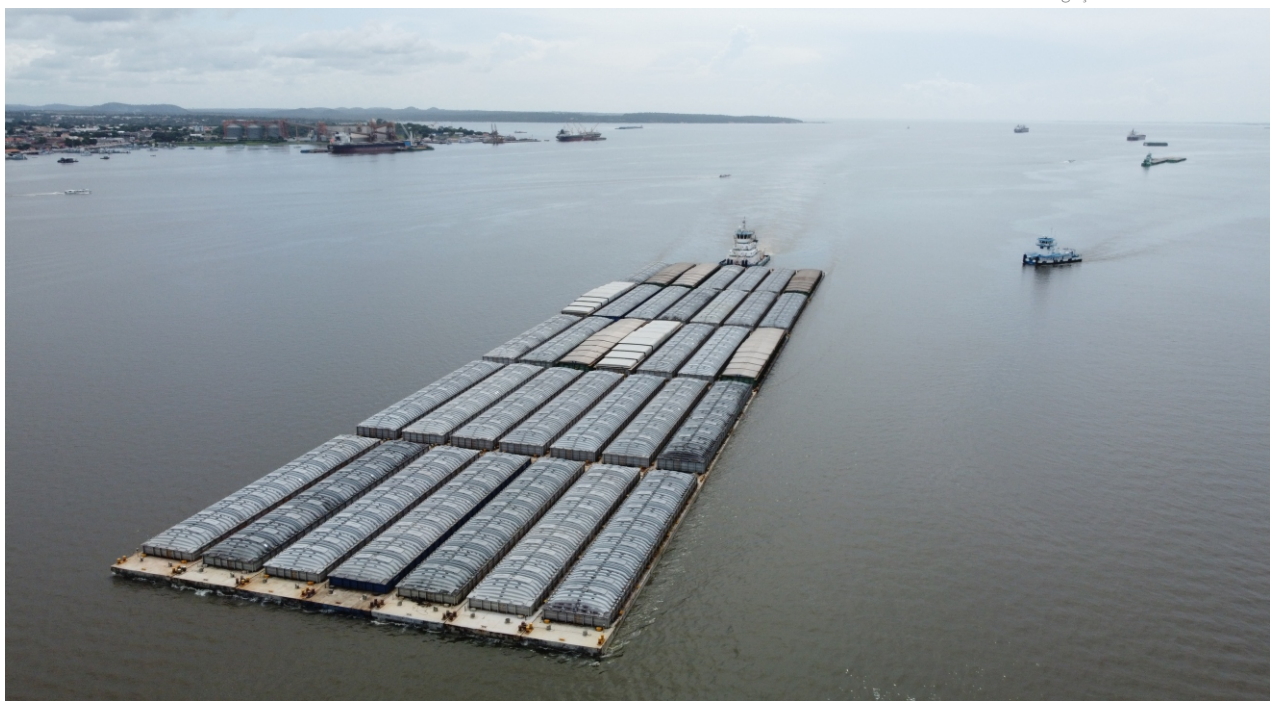
REGIÃO NORTE

Hidrovias do Brasil vai iniciar operação com maior comboio do país

Empresa recebeu autorização da Marinha do Brasil par operar 35 barcaças, 10 a mais do que os comboios atuais

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

Divulgação/Hidrovias do Brasil



A Hidrovias do Brasil recebeu autorização da Marinh do Brasil para operar nos rios Tapajós, Amazonas e Pará

A NOVA OPERAÇÃO AUMENTA EM 40% A CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE GRÃOS DE UMA SÓ VEZ

A Hidrovias do Brasil, empresa de soluções logísticas, está se preparando para iniciar nos próximos dias a operação do maior comboio do país, composto por 35 barcaças, 10 a mais do que os comboios atuais que atuam na região Norte do país. A nova operação aumenta em 40% a capacidade de transporte de grãos de uma só vez, com até 70 mil toneladas em um comboio que terá 346 metros de comprimento e 75 metros de largura.

A companhia recebeu autorização da Marinha do Brasil para operar nos rios Tapajós, Amazonas e Pará, no Arco Norte, onde o comboio passa pelo trecho saindo da cidade paraense de Itaituba em direção à Barcarena, no mesmo Estado.

Os principais produtos transportados são soja e milho vindos de Mato Grosso. A medida é também uma forma de atender a demandas cada vez maiores da produção da região centro-oeste do país, de acordo com a companhia.

O novo cenário permitirá ainda ganhos na eficiência, redução de aproximadamente 10% no combustível por tonelada movimentada e, consequentemente, menor emissão de carbono, aponta a empresa.

A Hidrovias do Brasil também destacou que a ação está alinhada às metas de mudanças climáticas do Compromisso Sustentável assumido pela companhia, que visa apoiar a descarbonização do sistema logístico brasileiro. Na comparação com o modal rodoviário, o comboio substitui aproximadamente 1.666 caminhões por viagem.

"Desde o início das operações em navegação, em 2016, tivemos um crescimento em 118% no volume transportado por viagem e redução de 58% no custo operacional. Essa iniciativa se alinha ao objetivo da Companhia em entregar as melhores soluções de logística integrada de maneira segura, sempre com eficiência, inovação e sustentabilidade" disse Gleize Gealh, Vice-Presidente de Operações da Hidrovias do Brasil.

A companhia possui operações nos corredores logísticos do Norte do país, na hidrovia Paraguai-Paraná, e no Porto de Santos (SP), e afirma entender a necessidade de investir em inovação e aprimorar continuamente as técnicas sustentáveis, trazendo benefícios para toda a cadeia produtiva.

Atuação

A Hidrovias do Brasil é uma empresa de logística integrada com foco no transporte hidroviário na América do Sul e atua em quatro frentes logísticas diferentes.

No Norte (Itaituba-Barcarena, Pará), a empresa oferece uma alternativa logística para o transporte e escoamento de grãos originados principalmente no Mato Grosso e no Pará, que são destinados para exportação. A companhia é líder na região, com capacidade de movimentar 7,2 milhões de toneladas de produtos por ano. Na cabotagem, realiza o transporte de minérios, principalmente bauxita, também originados no Pará e destinados para exportação.

Já no Sul, a empresa opera na Hidrovia Paraguai-Paraná, com capacidade de movimentar quase 6 milhões de toneladas por ano de cargas diversas, como grãos originados no Paraguai e destinados para exportação, minério de ferro originados em Corumbá e destinados para abastecer a indústria Argentina e exportação, além de fertilizantes, celulose, entre outras.

A companhia também é arrendatária da área STS 20 do Porto de Santos, destinada para recebimento, armazenamento e expedição de sal e fertilizantes, podendo chegar a uma capacidade de até 3,5 milhões de toneladas por ano.

REGIÃO SUDESTE

Terminais portuários doam brinquedos a 2.300 crianças carentes em Santos e Guarujá

O projeto "Contêiner do Bem" é uma parceria entre Santos Brasil, Ecoporto Santos, Ecopátio, DP World Santos e Brasil Terminal Portuário

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

Divulgação/Santos Brasil

Os brinquedos distribuídos foram doados pelos terminais e por funcionários das quatro empresas que aderiram à iniciativa voluntariamente

Cerca de 2.300 crianças em situação de vulnerabilidade social, que residem em comunidades de Santos e Guarujá, no litoral paulista, ganharam presentes de Natal ontem. Elas foram contempladas no projeto "Contêiner do Bem - Movimentando Amor", promovido pelos terminais portuários Santos Brasil, Ecoporto Santos, Ecopátio, DP World Santos e Brasil Terminal Portuário. Realizada pelo quarto ano consecutivo, a iniciativa tem por objetivo proporcionar um Natal especial às crianças.

Um caminhão com contêiner estilizado foi utilizado para a entrega dos presentes, que contou com o suporte de instituições sociais parceiras das em-presas e que atuam junto às famílias em situação de vulnerabilidade nas duas cidades portuárias.

A distribuição dos presentes começou pela manhã, na Sociedade de Melhoramentos da Vila Pantanal, no bairro Saboó, em Santos. À tarde, as entregas ocorreram na Creche Tia Nice, no Sítio Conceiçãozinha, e na sede do Lugar de Menina é no Tatame, no Sítio Paecará, ambos no Distrito de Vicente de Carvalho, em Guarujá.

Como nas edições anteriores, os brinquedos distribuídos foram doados pelos terminais e por funcionários das quatro em-presas que aderiram à iniciativa voluntariamente. Além de incentivar a solidariedade, o "Contêiner do Bem" também visa estimular a competição saudável no Porto de Santos.

"O 'Contêiner do Bem' é o exemplo perfeito de concorrência saudável. Os quatro maiores terminais do Porto de Santos se unem em prol de uma linda causa. Neste ano, foram arrecadados, entre as empresas e seus funcionários, mais de 2, 3 mil brinquedos, que foram doados a crianças de três comunidades que ficam no entorno dos terminais", afirmou a analista de Sustentabilidade da Santos Brasil e porta-voz desta edição do Contêiner do Bem, Viviane Martins.

INTERNACIONAL

Embaixador Guillermo Valles tem grande expectativa sobre a Hidrovia Brasil-Uruguai

Ele foi um dos convidados do programa Meta BE, que também abordou assuntos como o Portugal Export e perspectivas em relação ao Governo Lula

Reprodução/BE News

Valles apontou o ganho logístico da hidrovia, dizendo que a mesma carga transportada de Montevidéu para o Brasil percorreria em torno de 200 km por hidrovia e de 450 a 600 km por rodovia

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

O intercâmbio bem-sucedido no Portugal Export, realizado em novembro, e a expectativa sobre o Mercosul Export, que ocorrerá em 2023, foram os destaques do sexto e último Meta BE do ano. O programa, apresentado pelos jornalistas Bruno Merlin (diretor de Comunicação do Brasil Export) e Leopoldo Figueiredo (diretor de Redação do BE News), foi transmitido online, na tarde de ontem, pelo portal BE News.

A criação da Hidrovia binacional Brasil-Uruguai, entre a Lagoa Mirim e a Lagoa dos Patos, através do Canal São Gonçalo, no Rio Grande do Sul, será um dos temas principais do fórum internacional Mercosul Export, que será realizado em Montevidéu, capital do Uruguai, no ano que vem, e foi um dos temas abordados no programa.

Em sua participação, o embaixador do Uruguai no Brasil, Guillermo Valles, disse que está otimista quanto ao andamento do projeto da Hidrovia Lagoa Mirim-Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul. "É um projeto pequeno para o Brasil, basicamente tem que fazer a dragagem, mas de enorme importância. Para a economia do Uruguai vai ser fundamental para trazer competitividade, pois a atividade agrícola tem um potencial enorme, com aproximadamente 1 milhão de hectares. A matriz produtiva desse lugar pode mudar completamente a partir da logística", afirmou.

Valles apontou o ganho logístico que a hidrovia proporcionará em relação ao transporte rodoviário. "Saindo por Lagoa Mirim, atravessando o Canal São Gonçalo, poderíamos usar o magnífico Porto do Rio Grande do Sul, que fica a, mais ou menos, 200 quilômetros da nossa fronteira. Imagine que trazer a mesma carga para Montevidéu por via rodoviária são em torno de 450 a 600 quilômetros de distância", comparou o embaixador.

Já o diretor-executivo do Conselho do Portugal Export, Marcelo Sobreira, destacou a importância dos debates realizados no fórum realizado nas cidades de Sines e Lisboa, em Portugal, voltados aos negócios em potencial que podem ser realizados entre as empresas portuárias dos dois países. "O que faltava, e a gente está fazendo, é um fórum permanente, colocando players brasileiros e portugueses na mesa", disse Sobreira.

> "É MUITO IMPORTANTE FRISAR SOBRE O PAPEL DO BRASIL EXPORT EM CONSTRUIR UMA RELAÇÃO COM O NOVO GOVERNO E MOSTRAR PARA O MERCADO E PARA AS AUTORIDADES QUE NÓS SOMOS APARTIDÁRIOS. O NOSSO GRANDE OBJETIVO É, SIMPLESMENTE, A MELHORA E O CRESCIMENTO DA INFRAESTRUTURA"
>
> **FABRÍCIO JULIÃO**
> CEO do Brasil Export

Sobreira falou também que a posição estratégica de Portugal, como entrada do comércio exterior para a Europa, vem sendo discutida entre os conselheiros do Brasil Export e empresários. "Portugal está em uma posição estratégica, que eles chamam de 'A Porta do Atlântico', e os empresários dos portos brasileiros têm que aproveitar essa oportunidade para incrementar o nível de exportação brasileira e importação de produtos portugueses. Para mim, isso é fundamental", comentou.

"A gente ainda não sabe quem vai ser o novo ministro da Infraestrutura, mas, eu não tenho dúvidas que o Portugal Export, cumprindo a sua missão, vai conseguir trazer os novos representantes do Governo (Federal) para seguir esse caminho de entendimento, geração de oportunidades e soluções, fazendo com que Brasil e Portugal consigam aumentar ainda mais os seus negócios", afirmou o presidente do Conselho do Portugal Export, Benjamin Gallotti.

Outro convidado do programa, o administrador da companhia portuguesa Yilport Iberia, Diogo Marecos, falou sobre investimentos da ordem de 4 milhões de euros no terminal de contêineres, instalado no Porto de Leixões. "É por aqui que sai a maior parte das produções portuguesas. Esse investimento nos permitiu aumentar a nossa capacidade", salientou.

Por fim, o CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, fez um rápido balanço do ano. "Este foi um ano mágico, com tantos desafios e tão bons resultados. Tivemos a primeira edição do Portugal Export que superou todas as nossas expectativas. Nós temos muita coisa pela frente, do ponto de vista de expansão internacional e, também, com os nossos avanços no Brasil", destacou.

Fabrício ressaltou sobre a sua intenção de estreitar as relações com o Governo Lula. "É muito importante frisar sobre o papel do Brasil Export em construir uma relação com o novo Governo e mostrar para o mercado e para as autoridades que nós somos apartidários. O nosso grande objetivo é, simplesmente, a melhora e o crescimento da infraestrutura", concluiu.

VITRINE

CÂNDICE LA TERZA
candice@portalbenews.com.br

Para os eventos que fazem a diferença, esta é a sua **Vitrine**.

As seleções de futebol do Brasil, Portugal e Espanha estão fora da Copa do Mundo, mas os profissionais do nosso setor seguem em campo, incansáveis, fazendo história, expandindo negócios e sendo reconhecidos pela contribuição determinante para o desenvolvimento e progresso para o setor do transporte no Brasil. Que orgulho.

Doze membros do Brasil Export foram indicados para receber uma das mais importantes honrarias do setor, a Medalha Mauá, que sela os trabalhos da nossa equipe da melhor maneira possível: com medalha. O ouro é nosso!

Para quem gosta de bastidores, bem-vindo!

Divulgação/Minfra

Brilhando e feliz, ao lado do ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, a presidente da Companhia Docas do Ceará, da Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph) e do conselho feminino do Brasil Export, Mayhara Chaves.

Divulgação/Minfra

O CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, ao lado do ministro Marcelo Sampaio, selando o brilhante trabalho desenvolvido pelo fórum durante o ano de 2022.

O sorriso do CEO da Santos Brasil, Antônio Carlos Sepúlveda, ao receber a medalha do ministro Marcelo Sampaio diz tudo

Divulgação/Minfra

O presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) e do Conselho do Sul Export, Jesualdo Conceição da Silva, ao lado de Marcelo Sampaio, após receber a honraria das mãos do ministro.

Divulgação/Minfra

Com o semblante de dever cumprido, o presidente do Conselho Nacional do Brasil Export, José Roberto Campos, recebe as honras o do ministro Marcelo Sampaio.

VITRINE

Divulgação/Minfra

O gerente-geral de Logística da Eldorado Brasil, Flávio da Rocha Costa, em registro com as honrarias recebidas na noite especial

Divulgação/Minfra

O diretor do Grupo Agemar, Manoel Ferreira, no exato momento do recebimento da Medalha Mauá pelas mãos do secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura (Minfra), Bruno Eustáquio.

Divulgação/Minfra

O diretor-presidente e a diretora-executiva do Conselho Nacional de Praticagem do Brasil, Ricardo Falcão e Jacqueline Wendpap em pose especial para a Vitrine.

Divulgação/Minfra

Divulgação/Minfra

Com a alegria estampada no rosto, o presidente da Intermarítima Portos e Logística S.A., Roberto Oliva, ao lado do ministro Sampaio.

NOTINHA

o diretor-presidente do Portos do Paraná Logística Inteligente, Luiz Fernando Garcia da Silva e o ex-diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviárias (Antaq) Adalberto Tokarski também estão na lista dos condecorados, mas não puderam comparecer ao evento.